

43

REVISTA
PORTUGUESA
DE
HISTÓRIA

COIMBRA 2012

Arroz do Mondego – História recente e museologia

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

Professor Catedrático aposentado da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
jde@fl.uc.pt

Resumo:

A propósito de duas pequenas publicações sobre a introdução da cultura do arroz nos campos do Mondego, procura-se mostrar, neste ensaio em jeito de recensão, como importa dar mais atenção à história dita 'recente' e como uma evocação histórica só fica completa quando é susceptível de, mediante adequada política museológica, ser visivelmente apresentada à população nela directamente interessada, como herdeira de uma memória a preservar.

Palavras chave:

Orizicultura; Malária; Salubridade; Museologia.

Abstract:

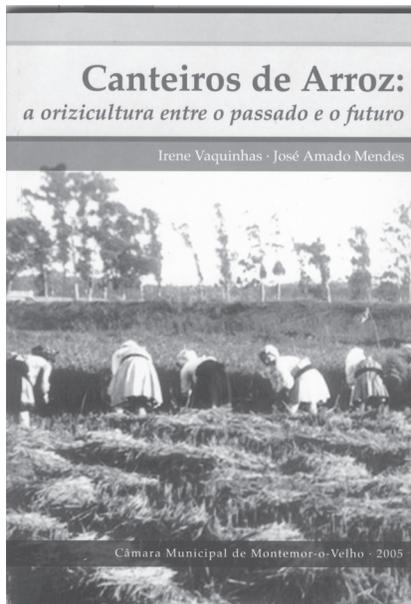
Two little books about the introduction of rice cultivation in the river Mondego's fields, near Coimbra, in the centre of Portugal, are reviewed here to demonstrate that even recent history, along with museums, is now important to preserve local identity and memory.

Keywords:

Rice cultivation; Malaria; Salubrity; Museology.

O medo da história recente

A publicação, em Março de 1995, pela Câmara Municipal de Montemor-o-Velho do livro *Canteiros de Arroz: a orizicultura entre o passado e o futuro* [Fig. 1], com textos dos Doutores Irene Vaquinhas e José Amado Mendes suscitou-me algumas reflexões que peço licença para partilhar.



Assina Irene Vaquinhas «Nem sempre o arroz é doce...», onde aborda (p. 5-48) «a polémica sobre os arrozais nos campos do Mondego na 2ª metade do século XIX», tema que já tratara – como, aliás, anota – em anteriores publicações, resultantes da sua investigação. Deve-se a Amado Mendes «O arroz no Baixo Mondego – da gastronomia ao turismo cultural» (p. 49-63), cuja introdução me levou a pensar neste brevíssimo ensaio quase em jeito de recensão.

Na verdade, depois de salientar que «a investigação histórica, nas últimas décadas, tem vindo a alargar o seu âmbito duma forma muito significativa», dado que está a eleger «como objectos de estudo muitos aspectos que, anteriormente, apenas interessavam a alguns curiosos ou especialistas», sublinha que «não é raro acontecer que o nosso desconhecimento aumente à medida que nos aproximamos de realidades mais próximas de nós ou até que, à primeira vista, nos pareçam mais familiares» (p. 52-53).

Diz-se que o tempo é fator de História (com maiúscula), porque só com o tempo se compreendem melhor as razões, se obtém o distanciamento necessário para melhor ajuizar de causas e consequências de uma atitude ou de um acontecimento. No entanto, se não se conhecerem exactamente os contornos dessa atitude, os pormenores do acontecimento, se não tiver havido a preocupação de arquivar documentos? Não se assiste, um pouco por toda a parte, quando há uma revolução, à destruição total da memória? A evolução é muito rápida e o que poderíamos designar de «consciência histórica», ou seja, a preocupação de deixar documentação para a história futura se antoja cada vez menos efectiva, não só a nível do indivíduo mas também das instituições. E, a dado momento, quer saber-se como foi e... esqueceram-se de arquivar documentos, na presunção de que alguém guardou e de que as pessoas não se esquecem; de que, mantido no computador X, ficará acessível para todo o sempre!...

Veja-se o facto de cartazes e convites de realizações amiúde omitirem o ano da sua concretização, porque – imagina-se! – só serve para esse efeito e não é preciso guardar memória deles! Os livros sobre a designada «Guerra do Ultramar» que alguns combatentes agora sentem a necessidade de escrever constituem, deste ponto de vista, depoimentos de relevante valor histórico, independentemente dos aspectos subjectivos que apresentam – ou até talvez também por isso! Para que não se olvide!

Apreciei, por consequência, a iniciativa da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e o pronto apoio que lhe foi dado por dois investigadores, por sinal ligados ambos à criação, na Faculdade de Letras de Coimbra, no seio do Grupo de História, do Curso de Museologia e Património Cultural. Irene Vaquinhas assume-se como historiadora da Economia e da Sociedade; Amado Mendes parte daí para a necessidade da recuperação da memória, ciente, como está, de que, perante a globalização uniformizadora, é na revitalização do que nos distingue que se encontra a tábua de salvação para eficaz motivação de um Povo em prol do seu destino.

O louvor da iniciativa

Explica na «nota de abertura» o presidente da Câmara, Luís Marques Leal, que a publicação se integra no Festival do Arroz e da Lampreia e que, por isso, aqui se «congrega a perspectiva histórica entrelaçada com a componente museológica e o seu aproveitamento turístico e gastronómico».

É que a este livrinho – que reúne os textos de conferências feitas – se deve associar um outro, de 60 páginas, editado, sem data, pela Associação dos

Agricultores do Baixo Mondego, intitulado *Saberes e Sabores do Arroz Carolino do Baixo Mondego* e que apresenta um «breve historial sobre a cultura do arroz nos campos do Mondego» (p. 13-22), também da autoria de Irene Vaquinhas, assim como textos reunidos por Dina de Sousa (ao tempo técnica superior naquele município) acerca de factos e artefactos, tradições e receitas em que o arroz constitui elemento preponderante.

Louvem-se, portanto, estas preocupações por parte de uma autarquia que tem consciência da necessidade de associar a si especialistas em questões que directamente interessam à população que serve.

Nem sempre há, depois, o acompanhamento técnico, do ponto de vista gráfico, que mais lustre dê ao feito, sobretudo através de cuidada revisão; mas não deixa também de ser agradável de ver, nas páginas 29 a 32, 12 fotografias a preto e branco de utensílios do dia-a-dia ligados à orizicultura, entre os quais, por exemplo, uma máquina de costura «utilizada para coser os sacos de arroz quando danificados pelos ratos ou pelos contínuos trabalhos na eira», legenda que serve para ilustrar o que se acaba de referir, pois que coser vem aí grafado com z...

A perspectiva histórica

Apreciei deveras a perspectiva histórica traçada pela Doutora Irene Vaquinhas.

Primeiro, porque lançou mão a toda uma documentação quer legislativa quer noticiosa a que nem sempre se dá atenção. Com efeito, para se estudarem as reacções das populações às directrizes emanadas do Governo Central nada melhor que o recurso aos jornais locais e regionais, que disso se fazem eco. Felizmente que tem havido o cuidado de se guardarem colecções desses periódicos acessíveis aos investigadores.

Depois, porque não descurou a análise de panfletos, que mui oportunamente reproduziu. Vejam-se os emanados do Instituto de Malariologia (já esta designação é bem significativa) insertos nas páginas 24 e 25, elucidativos tanto no seu aspecto gráfico (os trajos, os hábitos, os ambientes...) como no texto em si [Fig. 2]:

CASA MAL PROTEGIDA NÃO
EVITA QUE OS MOSQUITOS
TRANSMITAM AS SEZÕES ÀS
PESSOAS QUE LÁ DORMEM

Situa-se esta campanha na grande polémica que se gerou a propósito de as águas paradas dos arrozais serem, afinal, mais um foco de contaminação e de



propagação de doenças, nomeadamente da malária, resultante da picadela dos mosquitos. Contra isso se pugnava, privilegiando-se a prática da orizicultura de “água corrente”, nada insalubre, «pois a renovação da água retirava aos pântanos a faculdade de multiplicar os insectos portadores de sezões» (p. 16).

Curioso verificar, mais uma vez, que a história (e a política...) parecem obedecer a modas, adoptando-se, em determinado momento, por todo o lado as mesmas medidas. Nunca se praticou orizicultura no concelho de Cascais; contudo, a então Junta de Turismo local publica, em 1939 – por conseguinte, bastantes anos mais tarde – o volume *Moscas e Mosquitos*, onde se dá conta, a dado passo, de um edital de 30 de Maio de 1938 a instruir a população acerca dos cuidados a ter para evitar a proliferação de moscas e mosquitos, porque, acentuava-se, «país de Turismo na verdadeira acepção da palavra é o que sabe lavar-se, arranjar-se, polir-se, varrer-se, exprobrar-se de mosquedos impertinentes, dar a quem o visita uma nobre impressão de higiene e de asseio».¹ Nos campos do Mondego, a questão era de salubridade; em Cascais, já no segundo quartel do século XX, a salubridade encarava-se na óptica do Turismo – mas a questão a resolver era a mesma!

¹ Cf. José d’Encarnação, *História e Geografia de Cascais*, Cascais, 1979, p. 31-32.

Conta Irene Vaquinhas como foi polémica a implantação da cultura do arroz, de modo especial devido a essa ideia da insalubridade que arrastariam campos alagados, sem que se obtivesse válida contrapartida económica. Podia proclamar-se a «benignidade dos arrozais das longínquas Índia ou China» (p. 11); o certo é que relatórios e opiniões médicas mostravam como se sentiam no corpo as “moléstias dos pântanos” (p. 12), independentemente das publicitadas «pílulas mata sezões», que, reclamava-se, já haviam curado «mais de 100:000 pessoas» (p. 21).

O capítulo ‘arrozais e paludismo’ (p. 29-33) apresenta-se alicerçado em oportunos gráficos referentes ao movimento de doentes nos hospitais de Montemor e de Coimbra nas décadas de 70 e 80 do século XIX, de modo a perguntar-se depois se, afinal, os campos de arroz eram «semente de morte» ou «gérmen de vida» (p. 34), cientes todos de que, por detrás de uma e de outra posição, pró e contra os arrozais, estavam «fortes interesses económicos»: «o arroz produzia doenças, mas também muito dinheiro» (p. 36). Não admira, pois, que também aqui o caciquismo se tenha feito sentir, promessas esgrimidas em períodos eleitorais, ambiguidades visíveis na legislação que ia saindo...

A memória a preservar

Termina a Doutora Irene Vaquinhas como que dando a palavra ao Doutor Amado Mendes, na medida em que realça como «os campos de arroz continuam a fazer parte do património do Baixo Mondego: da sua paisagem, da sua gastronomia, do seu folclore, da sua etnografia, da sua economia»; uma memória colectiva, uma identidade local a preservar (p. 47).

E é nesse sentido do património – gastronómico, etnográfico, imaterial... – que se pronuncia Amado Mendes (p. 49-63). Depois de, em traços muito gerais, se referir à cultura do arroz na história da Humanidade e em Portugal, detém-se num património que lhe é muito caro, o industrial: as fábricas de descasque do arroz, com uma história por contar e – porque não? – alguma delas, das desactivadas, local certo para um museu do arroz, para «apresentar a história daquele produto numa forma viva, atraente e pedagógica» (p. 61).

A conferência «Os arrozais do Baixo Mondego entre o passado e o futuro – da memória à salvaguarda do património», proferida pela Doutora Irene Vaquinhas em data não indicada, fecha o volume (p. 65-72), coroando as preocupações que ao longo dessas páginas se manifestaram.

Em conclusão

Aparentemente singelas na sua desprezível apresentação, estas publicações veiculam eloquente lição: da estreita colaboração entre uma autarquia e a Universidade passou-se a escrito uma história que, muito embora ainda recente, corria sério risco de se perder.

Um festival gastronómico de créditos já firmados (10^a edição do Festival do Arroz e da Lampreia em Março de 2012) continuará, por conseguinte, a ser bom pretexto para se evocar uma história conturbada e para se tomar consciência de que há uma memória a preservar, utensílios típicos a guardar e a expor. E mais uma vez se mostra como também a história recente é uma História a fazer!

Recebido: 20/02/12

Aceite: 10/05/12